

Em seminário nacional, especialistas apresentam propostas para a melhoria do acolhimento institucional

Evento organizado pelo Neca em São Paulo reúne mais de 250 pessoas para propor sugestões no que tange aos serviços de acolhimento no Brasil.

O ano de 2018 é marcante na luta pelos direitos humanos. No Brasil, comemoram-se [três décadas da Constituição Federal](#) e os [28 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente \(ECA\)](#). No mundo, celebram-se os [70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) e a primeira década das [Diretrizes sobre Cuidados Alternativos para Crianças, da Organização das Nações Unidas \(ONU\)](#).

Neste cenário, a [Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas Sobre a Criança e o Adolescente \(Neca\)](#), em parceria com a Federação Internacional de Comunidades Educativas (Fice – Brasil), realizou o **V Seminário – Qualidade dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes: Desafios e Possibilidades**. O encontro, sediado na Universidade Nove de Julho (Uninove), ocorreu nos dias 29 e 30 de novembro de 2018.



*Os violões e o delicado repertório instrumental tocado por crianças e adolescentes do **Projeto Guri**, residentes no município de Cabreúva (SP), marcaram a abertura do encontro. A iniciativa é exemplo vigoroso de proteção e incentivo social por meio da cultura.*

[Saiba mais!](#)

“Vivemos a estrutura da desigualdade”

Sob a coordenação de [Isa Guará](#), pesquisadora, pedagoga e assessora técnica do Neca, o debate focou nas experiências acumuladas pelos serviços de acolhimento. Antes de relatar a história de luta do acolhimento no Brasil, professor Drº. Vicente de Paula Faleiros, assistente social e professor emérito da Universidade de Brasília, homenageou [Myrian Veras Baptista](#), uma das grandes vozes em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Myrian foi fundadora do Neca.

“O desafio é o de acolher essa população machucada pela violência e pelo abandono. [Como ouvir essas crianças?](#) Creio que o acolhimento pode fazer muito, cada criança abrigada tem uma história”, sublinhou Faleiros, enfatizando aos atores da rede de proteção a importância de ouvir e falar, trabalhando [uma escuta afetiva](#), especializada e qualificada com esses meninos e meninas.

Ao refazer o trajeto histórico do serviço de acolhimento no Brasil, o professor recomendou o livro [“A arte de governar crianças”, de Irene Rizzini](#), a estruturação do [Código de Menores de 1927](#) e a percepção de que, excluída da escola, a criança pobre tinha [“no abrigo a forma corretiva básica”](#). Para Faleiros, é preciso acabar com o estigma de que “a criança boa vai para o colégio; a ruim, para o acolhimento”.

“Vivemos a estrutura da desigualdade”, lamenta Faleiros. “Atualmente, a burocracia do acolhimento ainda ocupa muito tempo. Creio que podemos contrapor a burocracia com a conversa”, sugeriu. “A pobreza tem de ser enfrentada com outras medidas, e não com o acolhimento”

O ECA, de acordo com o especialista, é uma tentativa de romper com esse cenário por meio da política de inclusão - a despeito das sérias dificuldades e críticas ainda enfrentadas.



[Leia também: 28 pontos em que o Brasil do Estatuto da Criança e do Adolescente ainda precisa avançar](#)

Ataques e defesa da democracia

Na mesa “28 anos do ECA: impactos das propostas de mudança para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária”, o defensor público [Peter Schweikert](#) lembrou os recentes ataques ao ECA e sugeriu uma postura conjunta, em rede: “Precisamos fortalecer o Estatuto que já temos”, ressaltou.





“O jurista [Emilio Garcia Mendez](#) costuma dizer que vivemos uma dupla crise do ECA, a de interpretação e a de implementação. Quando nos deparamos com o [Estatuto da Adoção](#) e com a declaração do presidente eleito, afirmando que o ECA deve ser rasgado, vemos, então, uma tripla crise: a de compreensão. Uma ignorância em relação ao que o Estatuto contempla, ao que está previsto, aos direitos”, apontou o defensor.

Juntos na luta pelo ECA

O [Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes](#), apresentado no evento do Neca pelo defensor público Peter Schweikert e pelo especialista Patrick Reason, do [Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária](#), é formado por 80 entidades signatárias e mais de 200 profissionais ligados à promoção e defesa dos direitos infanto-juvenis, com o objetivo de reafirmar o ECA como marco ético-político e referência para o Estado Democrático de Direito.

De acordo com Schweikert, muitos reduzem o [Estatuto à responsabilização do adolescente em conflito com a lei](#). “Temos desconhecimento em relação ao ECA e isso pode levar à [banalização da violência das populações jovem, negra e periférica](#)”, acentuou. Aos interessados em se debruçar e entender o assunto, Schweikert indica o site [Observatório da Criança](#), da Fundação Abrinq, como referência para acompanhar indicadores legais relacionados à infância e à adolescência no Brasil.

Novidades nas normativas internacionais

Representante das [Aldeias Infantis SOS Brasil](#), Fabio Paes destacou a resolução aprovada pela [Organização das Nações Unidas \(ONU\)](#) no dia 20 de novembro, voltada a crianças e adolescentes que perderam (ou estão em risco de perder) o cuidado parental. “É uma vitória que nos emociona”, afirmou.

O [documento aprovado](#) solicita aos estados membros se comprometam com o fortalecimento da capacidade de contar, monitorar e informar sobre crianças em situação de vulnerabilidade. “Por que o Brasil festeja a resolução da ONU? O meu quintal brasileiro vai ser visto por todo o mundo”, explica Fabio.

Confira o depoimento:

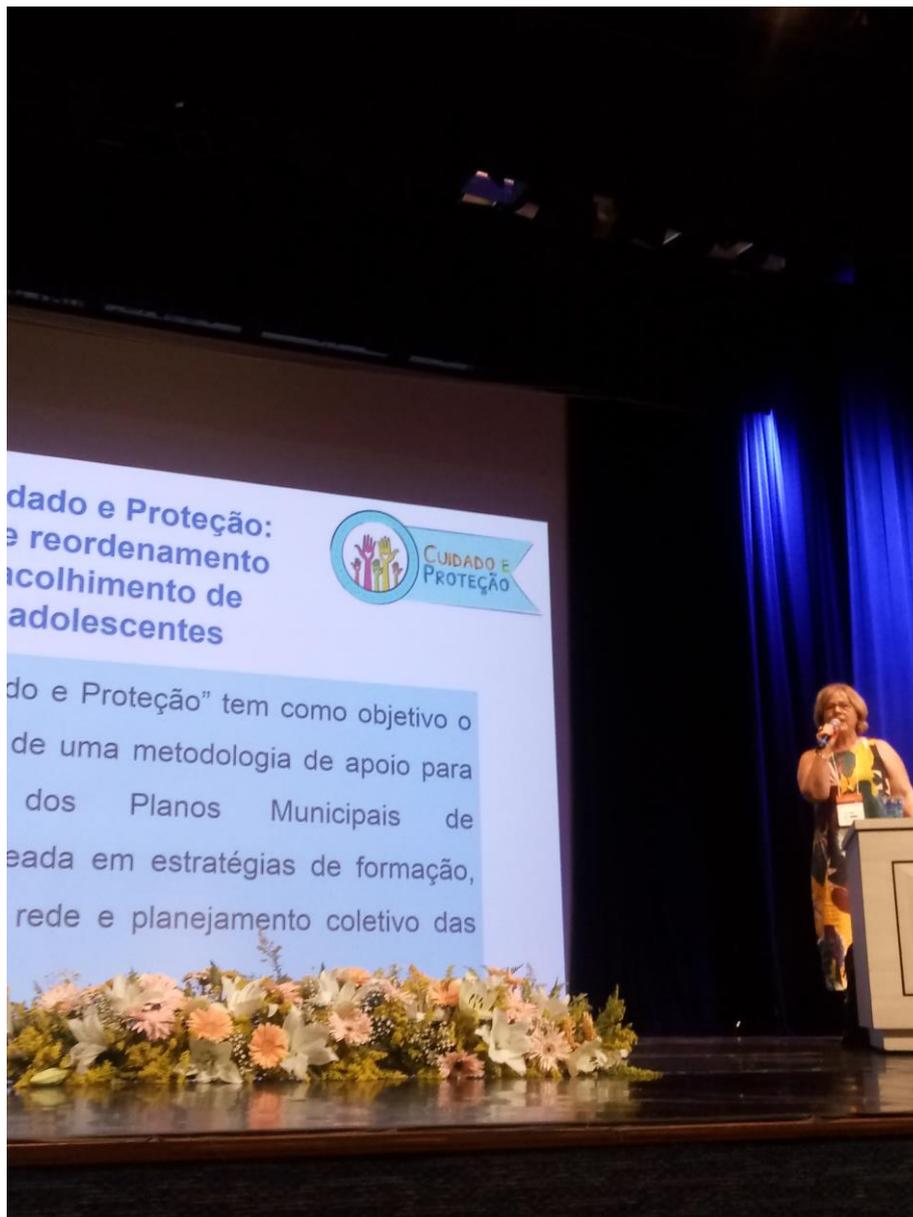
["O tema da Convivência Familiar e Comunitária para TODAS as crianças do mundo aborda solução para inúmeras questões. É um tema que diz respeito às situações de migração, refugiados, crianças e adolescentes com deficiência, em situação de rua, em conflito com a lei, violência e exploração sexual, trabalho infantil e abandono entre outros. Trata-se de um tema que apresenta soluções e, portanto, deve receber a merecida atenção em âmbito nacional, regional e internacional" trecho retirado do documento que aliou mais de 1.300 assinaturas de outras instituições. #ViverEmFamilia](#)

Na mesma linha de raciocínio, Dayse Bernardi, integrante do comitê gestor do Neca, ressaltou o caminho percorrido pelo Núcleo desde 2012. Ressaltou, também, que a nossa retaguarda de cuidados depende da interpretação, de se tornar uma cultura do cuidado, de entendermos que o que fazemos é determinante para a vida dessa criança e dessa família. “Discutir a qualidade do acolhimento tem de ser parte da rede. E é necessário entender como as

políticas de proteção básica podem ser utilizadas pela própria família”, defende Dayse.

“Não vamos conseguir mudar a qualidade se não mudarmos um fluxo claro, que não é só o da chegada à instituição de acolhimento”, afirmou a especialista. “A ONU nos traz aquilo que o Plano nacional de convivência, de 2006, já tinha elaborado. Seguimos em fase de elaboração, em diálogo direto com as diretrizes”

Para Dayse, “o avanço só acontece quando todos os trabalhadores tiverem tais princípios incorporados como cultura de cuidado. Por isso, formamos projetos. Há mais saídas nas fissuras do sistema do que nós imaginamos”, conclui.



A importância da escuta qualificada nos serviços de acolhimento

No segundo dia do seminário, especialistas refletem sobre humanização atrelada à contínua melhora dos instrumentais disponíveis.

Pelo palco com cadeiras distribuídas em semicírculo passaram especialistas, atores da rede de proteção e estudantes. A roda de conversa montada no auditório da [Uninove](#), em São Paulo, ao final da tarde do dia 30 de novembro, emocionou os quase 250 participantes e foi o destaque do segundo dia do [V Seminário – Qualidade dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes: Desafios e Possibilidades](#), realizado pela Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas Sobre a Criança e o Adolescente ([Neca](#)).

Sem esconder as lágrimas, a jovem Ana (*nome fictício para preservar sua identidade*), dividiu com a plateia o dia a dia de sua experiência em uma casa de acolhimento no interior de São Paulo. Graças às “tias”, como carinhosamente se refere à [equipe técnica do serviço de acolhimento](#), Ana contou o quanto tem aprendido sobre direitos e responsabilidades.

Ela tocou, com bastante naturalidade, em um assunto caro e sensível a todos: [a sexualidade dentro do acolhimento](#). Ana tem 17 anos e namora há quase três anos na casa de acolhida.

Como lidar com a temática, como orientar meninas e meninos sobre saúde sexual? [O que garante o Estatuto da Criança e do Adolescente \(ECA\)](#) para quem vive a [situação de acolhimento](#)?





Constante diálogo

O tema percorreu o segundo dia de evento. Na mesa “*Sexualidade e questões de gênero nos serviços de acolhimento*”, Regina de Figueiredo, do [Instituto de Saúde de São Paulo](#), ressaltou os avanços trazidos pelo ECA ao tornar meninos e meninas “[sujeitos de direitos](#)”.

“*A sexualidade é algo individual, algo da pessoa humana, um [direito da criança e do adolescente](#). Mas ainda não se enxerga isso. A maioria das pessoas tende a interpretar a relação a partir dos modelos antigos. Por séculos, meninas e meninos tiveram a sexualidade controlada pelas famílias*”, explicou Regina. “*Não se pode tratar o adolescente como uma peça, alguém em quem você vai apenas mandar, como acontecia anteriormente no [Código do Menor](#). O ECA traz direitos e responsabilidades*”, completou.

Treinar os serviços de saúde sobre os direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes, falar abertamente sobre redução de gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis são medidas urgentes – posição unânime entre os especialistas convidados.

“*O que o acolhimento pode fazer em relação ao namoro na adolescência? Quanto mais clara for a regra, mais fácil de ser assimilada. Creio que é preciso abrir espaços para a circulação da palavra*”, opinou a psicóloga Yara Sayão, do [Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo](#). “*O dirigente é responsável por tudo o que acontece dentro do acolhimento. Não é uma encrenca pequena, não é pouco trabalho. Interditar manifestações de sexualidade não é a mesma coisa que condenar. É simplesmente circunscrever. [Falar de sexualidade é falar de vínculo](#)*”, comentou Yara.

De acordo com a especialista, é fundamental que, logo após chegar ao serviço de acolhimento, toda criança seja apresentada a um adulto de confiança, alguém que se torne uma referência para o abrigado ter com quem conversar. “*Acredito ser importante que isso entre nas regras do acolhimento. Sabemos que [existem casos de abuso sexual dentro dos equipamentos de acolhimento](#) e precisamos impedir. Há muito a ser feito, e abrir o espaço para a circulação de palavras é um passo possível*”, sugeriu.

Saiba mais: Baixe gratuitamente o livro “[Cada caso é um caso: A voz das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional](#)”

Os desafios do Plano Individual

Não há como tratar de serviço de acolhimento sem abordar o [Plano Individual de Atendimento \(PIA\)](#). Muito além de um instrumento ou de uma forma de registro, o documento, ao ser continuamente aprimorado, pode ser grande aliado do [Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente](#).

Estudá-lo e melhorá-lo, levando em consideração as recomendações dos atores da rede, são ações oportunas para indicar novos caminhos voltados



aos cuidados com crianças, adolescentes, comunidade, rede de garantia de direitos e famílias, com foco no convívio seguro e no contexto social.

“Por trás do PIA há muitos sonhos que dizem respeito do sujeito: quem ele é? Qual sua história? Como podemos trabalhar e pensar no futuro desses meninos e meninas?”, questionou Viviane de Souza

O evento também marcou o lançamento do caderno “Cuidado e Proteção”, recente projeto concluído pelo Neca sobre o serviço de acolhimento em São Paulo.

[Confira, na página especial da iniciativa, a íntegra do livro com mais de 100 páginas.](#)

Ferro, do Departamento de Proteção Especial do [Ministério do Desenvolvimento Social](#). “Atualmente, 98% das unidades de acolhimento institucional no Brasil utilizam o PIA. Conseguimos perceber no serviço o impacto do plano na vida, na reintegração, na garantia de direitos. Precisamos pensar nisso todos os dias”.

“O caminho é resgatar os vínculos”: [Conheça o projeto Refugiados Urbanos, do Projeto Quixote, apresentado no Seminário por Graziela Bedoian.](#)

Não se deve, contudo, fazer referência ao documento como “*um papel a ser preenchido*”, apenas: é preciso entendê-lo de ponta a ponta, aprimorá-lo, incluir em seus espaços todos os atores envolvidos, conforme ressaltou [Dayse Franco Bernardi](#), integrante do comitê gestor do Neca. “*Um modelo não pode ser visto como uma camisa de forças. Precisamos romper nossas burocracias*”, sugeriu a especialista.

A importância da formação contínua

O [V Seminário](#) foi palco do pré-lançamento do *Curso à Distância sobre o PIA*, a ser lançado pelo Neca em 2019.

“*Toda criança que entra no serviço de acolhimento, adentra em um novo mundo. O PIA pode orientar o cuidado singularizado – cada criança tem a sua própria história e convive com ela do seu próprio modo*”, apresentou Dayse, **ao anunciar o curso online que será oferecido pelo Neca em 2019** ([acompanhe o Facebook do Neca para as atualizações sobre o projeto](#)).

Necessidade de aprimorar o atendimento a todos os que nele estão envolvidos

“*Ninguém passa férias no SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional Para Crianças e Adolescentes). Quem lá está, foi traído de alguma forma pelos adultos*”, lembrou Lucas Carvalho, integrante do Neca e do [Núcleo Perspectivas](#), referindo-se à necessidade de aprimorar o atendimento a todos os que nele estão envolvidos.

Leia mais: Acesse já a coleção completa dos cadernos “*Acolhimento em movimento*” [Faça o download gratuito no site do Neca.](#)



Sobre a doutrina de [proteção integral da criança](#), garantida pelo ECA e pela Constituição Federal, o acolhimento igualmente deve ser pensado como um lugar no qual a criança se perceberá protegida, e não castigada, concordam os participantes do encontro.

“É preciso constituir uma rede de transmissão. Direitos não são dados. O PIA não é o documento para o juiz, mas um documento nosso, um compromisso nosso [dos educadores e toda a equipe técnica] com a criança. Lutamos com elas para implementar esse plano”, afirmou Raul Araújo, consultor do [Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente \(IBDCRIA\)](#). “Discutir é um ato de resistência e de praticar o futuro”, ressaltou.

Outro ponto levantado pelos convidados Eduardo Dias, do [Ministério Público de São Paulo](#), e Maria do Carmo Albuquerque, pesquisadora do [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento \(CEBRAP\)](#), foi o artigo 57 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que versa sobre o **sistema escolar e o letramento**. [Clique para conferir o artigo comentado](#).



“A delicadeza da chegada da criança precisa ser cuidada com muito empenho por todos os profissionais do serviço de acolhimento. Preciso conhecer o contexto familiar e comunitário. Como conhecer a situação da criança em toda a sua complexidade? ”, indagou a especialista. Tal resposta deve ser buscada em rede, em conjunto. Faz-se o desafio – que continuará a ser acompanhado de perto pelo Neca e sua equipe.

*Por Ana Luísa D’Maschio,
em cobertura para o Neca*

Realização:



Parceria:



Apoio:

